



# Anais da Assembléia

Nº 127

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1981.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados José Domingos e Gilberto Agibert Filho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del. Ciel, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gemote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Renato Bernardi e Werner Wanderer (52); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fiori Luiz, Deni Schwartz, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Romero Filho e Wilson Fortes (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Comunicação:

#### COMUNICAÇÃO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de autor e Membro da CPI, para averiguar denúncias de arbitrariedades cometidas pelo Delegado de Polícia, Sr. OSCAR PACHECO DOS SANTOS, REQUER o arquivamento da referida CPI, pois a mesma não tem mais sentido com a exoneração do Delegado pela Resolução n.º 895, de 9 de outubro de 1981.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1981.

(a) EDILSON ALENCAR.

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

### SÚMULA:

REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 101/81.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei Complementar nº 101/81, de sua autoria, que visa alterar dispositivo constante da Lei nº 6.174 — ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS DO ESTADO DO PARANÁ.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1981.

(a) FUAD NACLI.

### REQUERIMENTO

### SÚMULA:

REQUER VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR DÁLIO ZIPPIN, OCORRIDO NESTA CAPITAL.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. DÁLIO ZIPPIN, advogado atuante, ilustre e prestigiado do Fórum desta Capital.

O extinto teve sua morte profundamente lamentada por familiares, amigos e colegas que com ele conviveram, usufruindo de sua amizade por longos anos.

Requer-se, outrossim, que se dê ciência do presente à família enlutada na pessoa de sua esposa.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

### REQUERIMENTO

### SÚMULA:

REQUER VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR FLÁVIO MIRANDA, OCORRIDO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor FLÁVIO MIRANDA, médico residente no Município de Cascavel, onde exercia suas atividades com grande zelo e amigo deste Deputado há mais de 15 anos.

O extinto, pai e esposo exemplar, teve sua morte profundamente lamentada por seus familiares e amigos entre os quais clientes, que gozavam de sua presença e amizade.

Requer-se ainda, que se dê ciência do presente à família enlutada na pessoa de sua esposa.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

### REQUERIMENTO

### SÚMULA:

REQUER voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Batista Bini, ocorrido no Município de Almirante Tamandaré.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO BATISTA BINI, ocorrido no Município de Almirante Tamandaré.

O extinto era pai e esposo exemplar, ex-funcionário público do Posto de Saúde daquele município, onde sempre exerceu suas funções com muito zelo, deixando desconsolados pelo seu desaparecimento além dos familiares, amigos e colegas que por muitos anos gozaram de sua amizade.

Requer-se ainda, que se dê ciência do presente à família enlutada, na pessoa de sua esposa.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. DALIO ZIPPIN.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor DALIO ZIPPIN.

O lamentável acontecimento veio enlutar a sociedade curitibana e paranaense; principalmente os meios forenses, deixando uma lacuna dentro da comunidade.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER voto de congratulações ao Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações pela investidura, no Comando do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar do Estado do Paraná, do Coronel LÚCIO DE MATTOS JÚNIOR, a quem a comunidade deseja uma profícua administração, e ao Coronel JOÃO ARTHUR MARQUES VIEIRA, que deixa o referido comando, após marcar sua passagem pelo alto cargo com um acervo de bons serviços prestados à coletividade.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER seja inserido na Ata da presente sessão, voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Aeronáutica e ao Comando da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, nesta Capital, pela passagem do "Dia do Aviador", que será comemorado a 23 do corrente mês.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no gozo de suas prerrogativas regimentais, REQUER, data vênica, ouvido o Plenário, seja inserido na Ata da presente sessão, voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, e ao Comando da Escola de Oficiais

Especialistas da Aeronáutica, nesta Capital, na pessoa do Brigadeiro do Ar, José Ruy Alvarez, pela passagem do "Dia do Aviador", que será comemorado a 23 do corrente mês.

REQUER, outrossim, que aprovada a proposição, seja por esta Casa enviado expediente às citadas autoridades, dando-lhes ciência da decisão deste Plenário.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1981.

(a) VALDUGA.

#### JUSTIFICATIVA:

É motivo de renovada satisfação o poder saudar o aviador brasileiro, no seu dia. Não se trata apenas de parabenizar esses homens que, muitas vezes, com o risco da própria vida, voando pelos céus do Brasil ou do mundo inteiro, consolidam a imagem do excelente profissional e - quem sabe? - do profissional mais perfeito e capacitado, entre todos.

Trata-se, isto sim, e é importante dizê-lo, de render uma justa homenagem à memória daquele que, em sendo o Pai da Aviação, deu ao mundo o grande impulso na direção das viagens aéreas e inter-planetárias.

Alberto Santos Dumont, evidenciou uma genialidade incomum, pois não foi o avião sua única criação. Talvez em função do seu espírito criativo e em função do avião, inventou também o relógio de pulso e o motor refrigerado a ar.

Sentimo-nos, como brasileiros, altamente recompensados em oferecer à apreciação desta colenda Casa, a presente proposição que, sobre tributar homenagem ao grande aviador e inventor brasileiro, pretende reconhecer o meritório trabalho desenvolvido, já pelo Ministro Délio Jardim de Mattos, amigo do Paraná e dos paranaenses, também ao comandante da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, nesta Capital, Brigadeiro do Ar José Ruy Alvarez, reconhecendo o grande papel que desempenha aquela escola na formação de nossos especialistas de aeronáutica, peças fundamentais à segurança e ao melhor desempenho de nossa Força Aérea.

Por isso, no "Dia do Aviador", queremos juntar aqui nossas homenagens àquelas que hoje estão sendo formuladas por toda a Nação brasileira, a esses homens que, em tempo de guerra e de paz, são o testemunho maior e grandiloquente da capacidade do Brasil, mas, acima de tudo, do espírito que nos anima, de ampla liberdade e pleno usufruto democrático.

Temos certeza de que, ao lado de todos os brasileiros que hoje vivem a glória da nossa Força Aérea, porque ao se gloriar em campanhas de guerra e paz ele nos glorifica a todos, está também esta Casa, que reconhece o valor e a extraordinária capacidade do aviador brasileiro.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER seja formulada por esta Casa, sugestão ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, aos Excelentíssimos Senhores Ministros do Planejamento, das Minas e Energia, da Indústria e Comércio, dos Transportes, da Agricultura, e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da PETROBRÁS, no sentido do aproveitamento da MAMONA e do DENDÊ, em substituição aos combustíveis derivados do petróleo; e dá outras providências.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, data vênica, ouvido o Plenário, seja por esta Casa formulada sugestão ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, aos Excelentíssimos Senhores Ministros do Planejamento, das Minas e Energia, da Indústria e Comércio, dos Transportes, da Agricultura, e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da PETROBRÁS, no sentido da realização de estudos visando ao aproveitamento da MAMONA e do DENDÊ, em substituição aos combustíveis derivados

do petróleo. Via de conseqüência, requer estudos que viabilizem a produção de automóveis e outros veículos de uso individual, de combustão interna, dotados de motor à óleo cru, no caso, óleo de mamona e óleo de dendê, ambos refinados.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1981.

(a) VALDUGA

#### JUSTIFICATIVA:

Pretende o autor da presente proposição, colaborar com o Governo Federal e com as demais autoridades envolvidas na busca de novas alternativas energéticas. É sabido que os motores à óleo diesel funcionam perfeitamente com óleo de mamona refinado.

Essa assertiva pertence à Mercedes Benz, que ao lançar no Brasil seus primeiros produtos, ainda na década de 50, alertava aos compradores em potencial para a possibilidade de uso do óleo de mamona refinado, em caso de falta de petróleo.

Alguns pesquisadores vão mais longe, quando dizem que esses motores funcionam normalmente com qualquer outro tipo de óleo vegetal, inclusive o de Dendê, algodão, etc.

Recentemente, tivemos o anúncio de que seria utilizado o óleo de amendoim, para combustão em motores veiculares. Todas essas informações reforçam o argumento de que há amplas possibilidades de aproveitamento da mamona e do dendê de forma até mais econômica.

A mamona, senhores, é uma vegetação que não requer qualidade de solo. Nasce em qualquer lugar e alastra-se com a força de uma praga. Não faz muito tempo essa vegetação era, de fato, considerada uma praga, que brotava entre as culturas, inclusive do café, exigindo permanentes trabalhos de capinação.

Por seu turno, o dendezeiro, que é uma planta tropical, encontra no Brasil excelente ambiente de cultivo, sendo de fácil produção. Na realidade, o dendezeiro é uma palmeira que muito se encontra nas regiões do Norte e Nordeste do Brasil. Seus frutos fornecem óleo de duas qualidades: um extraído da polpa, e o outro, da amêndoa.

A partir do anúncio da Mercedes Benz, em 1957, a mamona passou a ser vista como uma cultura aproveitável economicamente. O óleo da mamona refinado está sendo utilizado hoje, com largo emprego e larga escala, inclusive na aviação.

Não será difícil compreender que esse produto tem amplas possibilidades de contribuir para a redução das cotas de compras de petróleo, sugerindo o aproveitamento de vastas áreas de terras consideradas improdutivas, terras cansadas e outras que, por qualquer circunstância, não estejam sendo aproveitadas.

Não seriam talvez, a mamona e o dendê, a redenção das regiões impraticáveis para as culturas tradicionais, como por exemplo o Nordeste brasileiro? Não poderiam ser a mamona e o dendê culturas multiplicadoras de oportunidades à mão-de-obra ociosa? Não poderiam ser ainda o instrumento de fixação do homem em seu local de origem, isto é, no campo?

Em torno dessas ilações pairam, certamente, argumentos mais importantes que devem ser levados em consideração.

Daí porque sugerimos às autoridades federais o estudo da questão, não tanto por causa de suas conotações técnicas, mas exatamente por causa de suas conotações sócio-econômicas.

#### REQUERIMENTO

Súmula: REQUER seja enviado ofício ao Delegado Regional do Trabalho no sentido de apurar graves denúncias de arbitrariedades cometidas pela Construtora Renascença, em Cuiabá, Mato Grosso, contra 23 operários paranaenses.

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências regimentais, vem solicitar o envio de ofício

ao Delegado Regional do Trabalho, General ADALBERTO MASSA, no sentido de investigar as denúncias formuladas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil do Paraná.

Segundo estas denúncias, 23 operários contratados pela Empresa Construtora Renascença, via empreiteiro, foram abandonados à míngua em Cuiabá, após terem sido para lá levados com promessas de salários justos, alojamento e alimentação.

Para retomarem, esses trabalhadores caminharam 80 km pé, submeteram-se a todo tipo de humilhação e chegaram em Curitiba divididos em pequenos grupos, apenas no final da semana passada.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

Apoio: NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

Estas irregularidades têm sido freqüentemente denunciadas por entidades sindicais, principalmente pelo setor da construção civil, sem que providências enérgicas sejam tomadas pelos órgãos competentes.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Educação, solicitando urgência a contratação de professores para ministrarem aulas de Ciências Físicas e Biológicas no Colégio Humberto de Alencar Castelo Branco, Ensino de 2º Grau, no Município de Santa Helena-Pr., pois conforme informações de alunos e do próprio diretor do colégio, os professores demitiram-se por falta de pagamento e pelos irrisórios salários que recebiam.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Educação, solicitando urgência a contratação de professores para ministrarem aulas de Ciências Físicas e Biológicas no Colégio Humberto de Alencar Castelo Branco, no Município de Santa Helena-Pr., pois conforme informações de alunos e do próprio diretor, os professores dessas áreas de ensino pediram demissão por falta de pagamento e pelos irrisórios salários que recebiam.

Afirma também que no referido colégio existem quatro professores que não recebem salários e iniciaram suas atividades em 23-02-81.

Diz ainda que, segundo informações do Setor de Recursos Humanos, não há previsão para que estes pagamentos sejam efetuados (se dentro de 30, 60, 90 ou mais dias).

Requer envio de cópia à Câmara Municipal de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER envio de ofício à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, à Associação dos Hospitais do Paraná, à Superintendência do INAMPS de Curitiba, ao INAMPS em Brasília, ao Ministro da Saúde, ao Ministro da Previdência Social, solicitando a reabertura do Hospital do Distrito de Santa Terezinha, Município de Foz do Iguaçu, bem como o envio de abaixo assinado dos moradores do distrito.

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício à Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, à Associação dos Hospitais do Paraná, à Supe-

Intendência do INAMPS de Curitiba, ao INAMPS em Brasília, ao Ministro da Saúde e ao Ministro da Previdência Social, solicitando a reabertura do Hospital do Distrito de Santa Terezinha, Município de Foz do Iguaçu, bem como o abaixo assinado dos moradores do Distrito.

Segue JUSTIFICATIVA no abaixo assinado.

Cópia à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, primeiro orador inscrito.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A política econômica suicida deste Governo, criteriosa quando coloca como ponto de interesse privilégios de uma minoria, atinge em cheio o setor de serviços.

Um exemplo disto é o que está ocorrendo com o setor de transporte de cargas, que vem sofrendo todas as consequências da ausência de critérios na formulação de políticas específicas.

Uma situação inaceitável num sistema econômico que coloca o transporte rodoviário como base para a circulação de mercadorias; num País cujas ferrovias apodreceram pela metade ou inteiras, e que não são vistas como prioridade para vencer obstáculos seriíssimos, como as constantes altas nos preços internacionais do petróleo e suas consequências na maioria dos componentes da frota, derivados de petróleo.

O Paraná, com uma expressiva frota de caminhões, justamente por estar pessimamente servido de malha ferroviária, e por ser um grande produtor de grãos, é uma vítima desta política específica mal formulada.

E nem poderíamos esperar grande coisa se o caráter da política econômica brasileira não está a serviço dos interesses nacionais.

Mas este setor, senhores, foi atingido em cheio pelos métodos monetaristas de combate à inflação e especialmente a recessão, e leva bordoadas cada vez que sobem os preços dos derivados de petróleo.

E mais, ganhou contra si um concorrente, o próprio Governo, que através da Central de Fretes estabeleceu uma verdadeira guerra suicida entre os carreiros.

Segundo dados fornecidos pelo Sindicato das Empresas Transportadoras de carga do Paraná, as medidas anti-inflacionárias diminuíram em 50 por cento toda a movimentação de carga do Estado, ou seja: se a frota de caminhões do Estado já ganhava deficitariamente, hoje a única saída para os empresários é vendê-la.

E, como disse um líder empresarial, transformar a frota em dinheiro e depositá-la em "caderneta de poupança".

Não é isto, entretanto, que eles desejam, embora praticamente todas as transportadoras estejam diminuindo sua capacidade em 30 a 40 por cento, como forma de fazer quedar também a ociosidade.

Um dos aspectos graves desta política, é que no setor de transportes já ocorre o desemprego.

O sindicato dos empresários revela que não se encontra de imediato outra alternativa, senão diminuir o pessoal para equiparar o custo ao frete.

Isto para que se consiga manter portas abertas e caminhões na estrada.

Com um aumento nos custos que se equipara com o índice de inflação, da ordem de 110 a 120 por cento este ano, os empresários conseguiram reajustar os fretes em torno de 70 a 80 por cento.

E estes empresários que agora partem para fechar suas portas no interior, estão conscientes de que situação do carreiro é pior do que a sua, pois enfrentam diretamente a condição imposta pelo Governo paranaense, através da Central de Fretes, que estabeleceu preços abaixo do custo real do transporte.

Ali, o usuário tem depositado sua encomenda, e o carreiro só a tem transportado por necessidade de ter algum dinheiro para retornar à origem. "Isto é uma guerra", comentou o líder empresarial, que também contesta o Governo como intermediário e agenciador do trabalho ao carreiro, diminuindo ainda mais o movimento das transportadoras.

Não bastassem todos os obstáculos, senhores, este setor sofre a mais desleal concorrência das empresas de transporte de passageiros.

O mesmo Governo que permite a este setor também atuar com encomendas e entregas, proíbe aos transportadores de carga atuar com passageiros.

E mais, embora as cargas se constituam num serviço de alto valor social, seus impostos são mais elevados, sem nenhum retorno ou benefício a nível de infra-estrutura rodoviária.

Todo este conjunto de dados nos fornecem uma panorâmica do setor de transportes no Paraná e no Brasil, e nos levam à conclusão de que o que inexiste neste País é critério.

Como admitir que o próprio Governo estabeleça as condições de lealdade? Como aceitar que o diesel seja majorado em índices mais elevados do que a gasolina? Como permitir que haja tratamento privilegiado para alguns setores menos importantes, sem que uma malha ferroviária seja implantada neste Brasil de grandes dimensões?

Estas são as questões que nos deixam indignados pelo grau de irresponsabilidade com que são revestidas, e que exigem de imediato revisão do Governo, para que não cheguemos ao ponto de perdermos safras por falta de caminhões.

O alerta está aí, e dele se deve partir agora, para estabelecer os justos critérios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há diversos dias atrás foi apresentada uma CPI nesta Assembleia, solicitando que uma Comissão de Deputados fosse ao Município de Santa Helena para ver as irregularidades que estariam sendo cometidas pelo delegado daquele município, Oscar Pacheco dos Santos.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi composta e só não foi iniciada, porque o Deputado mais antigo, o mais idoso, deveria convocar este CPI para ser instalada, eleger seu Presidente e Relator.

Mas posteriormente, este Deputado, que representa aquele município e que detém a liderança política, percorreu o mesmo, visitando seus distritos, conversando com suas lideranças, e realmente algumas daquelas irregularidades que estavam sendo apontadas, chegamos à conclusão que parte delas eram verdadeiras.

Em contato com o Sr. Secretário da Segurança Pública e também com o Diretor da Polícia Civil, Dr. Chemim, ficou decidido que o Delegado de Santa Helena seria afastado, e de acordo com a Resolução 895, de 09 de outubro de 1981, o Delegado de Santa Helena, Oscar Pacheco dos Santos, foi afastado.

Por isso mesmo que, neste instante, apresento um requerimento à Mesa, à consideração do Plenário, pedindo inclusive meu afastamento da referida CPI, já que não tem mais sentido. O Delegado de Santa Helena foi afastado, está respondendo interinamente o primeiro suplente e, para os próximos dias, a Secretaria de Segurança indicará novo titular para a Delegacia.

É por isso mesmo que passo à Presidência o requerimento dizendo do afastamento desta CPI, já que não tem mais sentido. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Voltamos à tribuna hoje para, mais uma vez, estranhar a insensibilidade de alguns Ministros do Governo Figueiredo.

Embora não seja Ministro — já o foi anteriormente — hoje é o Presidente da Binacional Itaipu, General Costa Cavalcanti. Um homem que já tendo sido Ministro, já tendo sido Parlamentar, deveria ao menos ter a sensibilidade política que os homens adquirem no trato com a política e no trato com a coisa pública.

Entretanto, parece que assim não acontece com o General Costa Cavalcanti. Já há dois ou três episódios em que o General demonstrou sua inabilidade no trato dos problemas da coletividade.

Não me refiro mais ao problema das desapropriações de Itaipu, que causou tanta celeuma e resolvido graças à ação decidida do Governo do Estado, graças aos protestos de todos os segmentos da sociedade paranaense — incluindo a Igreja que também se posicionou, naquela oportunidade em favor dos colonos de Itaipu.

Agora, vem o General Costa Cavalcanti, num momento de rara infelicidade, que num momento nunca deve ter um homem público da responsabilidade do Presidente da Binacional Itaipu e criticar o jornalista paranaense, Francisco da Cunha Pereira Filho, que levantou uma tese — sem nenhum outro interesse senão servir ao Paraná, como filho que é do Paraná, homem ligado à sociedade paranaense, como jornalista, como jurista que é, como autor de outras teses que realmente empolgaram a opinião pública e teses essas sempre em defesa dos supremos interesses do povo e da terra paranaense.

Investe contra o jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, porque ele levantou aqui a tese, levantou uma campanha que teve a mais ampla repercussão em todas as camadas sociais do Estado, que foi o fornecimento da energia a custo zero, de Itaipu, para ajudar o desenvolvimento e a implantação de um parque industrial do Paraná.

Embora tenhamos divergido na oportunidade, em parte da tese levantada pelo jornalista, achando que o caminho não seria bem o fornecimento a custo zero, mas o fornecimento de energia cobrado a um preço razoável, para evitar concorrência danosa a outros centros e a outros polos industriais, e o produto da venda desta energia destinado a fins sociais, em favor do povo e da gente paranaense.

Embora tivéssemos divergido na oportunidade da tese no seu todo, concordamos no essencial, que é realmente a compensação que o Estado deve ter da União, pela perda de terras valiosíssimas, para a agricultura do Paraná.

Vem agora o General Costa Cavalcanti, num tom de ironia, até de gozação, que não fica bem a um homem da responsabilidade daquele General, ironizar o jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, aconselhando-o a que peça à COPEL que forneça energia a custo zero, às indústrias do Paraná.

Ora, são lições que não precisamos receber de ninguém, muito menos do Presidente da Binacional Itaipu.

O Presidente da Binacional Itaipu deve, isto sim, gerir melhor aquele empreendimento, porque, os escândalos que ali sucederam, ganharam forum de escândalo até internacional, porque até a imprensa comentou casos de corrupção da Binacional Itaipu.

Acho que falou autoridade moral ao Presidente daquela empresa, para criticar um paranaense que está levantando uma tese em favor da gente paranaense. A crítica que ele fez ao Dire-

tor do Jornal "Gazeta do Povo", é uma crítica à própria sociedade paranaense, que encampou a tese porque ela vem realmente atender os supremos interesses do povo paranaense.

Quero deixar aqui, em meu nome pessoal, é evidente que não falo em nome da minha bancada, falo como representante de um segmento do povo, quero deixar aqui o meu protesto às declarações infelizes do General Costa Cavalcanti.

E a minha solidariedade ao jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, e esta solidariedade deve partir de todos os segmentos da nossa sociedade, para que sirva de estímulo, de incentivo a que ele continue uma campanha iniciada tão auspiciosamente. Porque ele realmente dispõe de meios de comunicação.

O jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, diretor de um dos órgãos de imprensa da maior penetração no Estado do Paraná, como também diretor do Canal 12 de Televisão, pode, perfeitamente, através desses veículos de comunicação, reforçar a sua tese, levantar a opinião pública do Estado, para que a opinião pública pressione o Governo Federal a compensar o nosso Estado pelas perdas que sofremos, com a instalação da Hidrelétrica de Itaipu.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — Ausente.

Encerrada a Hora do Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 29 de maio de 1979, os médicos e professores Axel Werner, João Amorim Filho, José Carlos Pareja, José Mário Siqueira Marcondes dos Reis e Lúcio Tedesco Marquese, todos de Londrina, foram demitidos sem justa causa, pela Reitoria da Universidade daquela cidade.

Em decorrência das demissões, porque injustas, o corpo docente daquela cidade, em solidariedade com seus colegas, resolveu entrar em greve, e o Paraná todo se recorda ainda, — está muito vivo em nossa memória — os fatos que se sucederam, os fatos que geraram aquele movimento.

Em decorrência dessas demissões e de outros fatos que aconteceram e continuam a acontecer na Universidade de Londrina, em decorrência com que a Universidade de Londrina resolveu instaurar inquérito inclusive contra a liderança daquela cidade, esta Assembléia, através deste Deputado e dos Deputados Fiori Luiz e Del Ciel, que na época pertencia ao nosso partido, o antigo MDB, resolveu pedir a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e esta, como quase toda CPI deste Parlamento e porque não também do Congresso Nacional, não chegara com fim satisfatório.

Nós nos recordamos das dificuldades que na época, na condição de relator daquela CPI, nos defrontamos para, não só através de um trabalho de investigação parlamentar, chegarmos a um resultado real satisfatório e positivo, como também, através do mecanismo de expediente bastante comum dentro da bancada majoritária desta Casa, aquela CPI não conseguia chegar ao fim com resultados satisfatórios.

Recordo-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que preparamos um roteiro de trabalho para aquela CPI. Neste roteiro, dentre outras coisas, requeremos que determinadas pessoas, com conhecimento profundo da problemática da Universidade de Londrina, fossem ouvidas.

Dentre as quais, o ex-Reitor e hoje Secretário da Saúde, Dr. Oscar Alves.

Mas, infelizmente, diante da minoria com que nós do MDB e hoje PMDB sempre nos colocamos, este nosso roteiro fora aprovado mas não fora cumprido.

Além da pessoa do Dr. Oscar Alves, ex-Reitor da Univer-

sidade de Londrina, outras providências requeremos, através da Reitoria, que fossem atendidas, dentre as quais uma série de documentos que, caso chegassem ao conhecimento da Comissão, poderiam até quem sabe, esclarecer uma série, um sem números de suspeitas que pairavam sobre a administração daquela Reitoria.

Mas, infelizmente, repito, nosso Relatório fora aprovado e não fora cumprido.

Ouvimos, naquela oportunidade, o ex-governador Paulo Fimontel, o ex-Secretário da Educação, Cândido Martins de Oliveira, em cuja administração a Universidade de Londrina fora instalada.

Depois dessas pessoas, o que se conseguiu foi o depoimento do médico João Carlos Thompson, ex-Diretor do Centro de Saúde da Universidade de Londrina, cujo depoimento passo, nesta oportunidade, a proceder sua leitura.

"Inicialmente, estranhemos que, quando os cinco docentes foram demitidos, a Reitoria nos falava que não havia problemas de ordem de serviço, necessidade de serviço.

Por isso, foi demissão em justa causa. Solicitamos inclusive aos Chefes de Departamento, o que seria justa causa, principalmente os cinco que eram chefes de Serviço no HU.

Agora, estranhemos depois de todos esses dois meses, dois meses e pouco de problemas que houveram na Universidade, um Relatório enorme com acusações aos docentes.

Então achamos um pouco esquisito esse problema de serem demitidos sem justa causa, e agora, dois meses depois, aparecer uma série de problemas, principalmente esses, que a nós não foi dada chance de defesa.

A Comissão Relatora, diz o texto, ia fazer diligências, mas reuniões sem atas não chamaram os demitidos e nem os interessados, quer dizer, uma coisa que nós achamos estranha, principalmente os chefes de Departamento — eu fui Chefe de Departamento de quatro dos demitidos, até fevereiro de 79, fui Chefe do Departamento de Cirurgia, de dezembro de 77 a fevereiro de 79, e após esse meu pedido de demissão, por uma série de motivos que talvez sejam discutidos mais para a frente, e nesse tempo todo nunca tive de parte dos quatro do nosso Departamento, nenhuma reclamação, nem de parte do Departamento nem da parte da administração da Reitoria.

Até o dia 22 de fevereiro de 79, e a demissão foi a 02 de abril de 79, praticamente um mês e pouco após. Tudo isto que a Reitoria, que a Administração está mostrando, acho esquisito, a demissão à Chefia do Departamento nunca haver sido comunicada, absolutamente nada, sobre esses quatro, no caso o Dr. Lúcio Martins não, porque ele fazia parte do outro Departamento, apesar de Cirurgião, ele era do Departamento Materno-Infantil, porque ele faz cirurgia infantil.

Então, a nós, é realmente estranhável. Estamos sabendo isto hoje. Não temos conhecimento desse relatório, e principalmente que, durante a gestão do Departamento, não só nosso, como de outros chefes de Departamentos, haviam alertado a administração da Universidade desde o antigo até o atual Reitor, que a partir de junho de 78 assumiu a Reitoria, de vários problemas que existem no Hospital Universitário. Todos nós reconhecemos os problemas, é lógico que estamos na nossa Casa, e se nós, que estamos em nossa casa não sabemos dos nossos problemas, quem é que vai saber?

E vínhamos mostrando, dialogando, conversando reiteradamente com a Administração, a respeito dos "n" problemas que haviam. Mas, por um motivo ou por outro, sempre havia uma protelação, não se resolviam os problemas, mostrava-se, discutia-se, mas sempre era uma brecha aqui, outra ali, e não ia para frente, os processos, as coisas que tentávamos discutir, culminando no final do ano passado, quando inclusive, o nosso Departamento, por falta total de docentes de um determinado setor, a relapso completo desses docentes, nosso Departamento inclusive solicitou a exclusão de dois desses docentes. Isto foi

em dezembro de 78. Estamos em junho de 79, e até agora não tivemos resposta nenhuma a respeito desses docentes que foram solicitados, e os outros cinco que pelo menos de Chefias de Departamento não vinham recebendo problemas, foram demitidos, inclusive um deles, do setor do nosso Departamento, que tinha muito problema, atualmente é Vice-Chefe de Departamento, após a demissão do Dr. Athos, que ocupava o cargo.

E o atual Chefe do Departamento de Cirurgia, que é o Dr. Fulgêncio, era o que tinha problemas com o Dr. Athos, inclusive a própria admissão desse docente criou uma série de problemas, que talvez foi o ponto de atrito entre o Dr. Athos e o Dr. Fulgêncio.

O Dr. Athos era Professor titular do Setor de Ortopedia, e com a saída de um docente por motivos particulares da Universidade, em 1977, houve necessidade de contratação, de substituição desse docente, e esse processo se estendeu durante muito tempo, apesar de haver dois candidatos para o curso.

Em agosto de 77, existia — vamos dizer — um problema assim de "Arquive-se o Processamento de Admissão desses dois docentes para o Setor de Ortopedia, por falta de necessidade de Serviço".

Um mês depois, sem passar pelo Departamento, sem passar por qualquer setor, havia uma carta de apresentação desse Professor, Dr. Fulgêncio, para os Diretores do setor Ciência e Saúde, e dois ou três meses após, sem que houvesse passagem pelo Departamento, esse professor estava contratado para o setor".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A partir daí, tive o cuidado de ler exatamente o trecho inicial do depoimento que o Dr. João Carlos Consul prestou perante a CPI, que investigava as irregularidades na Universidade Estadual de Londrina.

Ele, na qualidade de Chefe do Departamento, ao qual estão quatro dos cinco médicos demitidos, dizia, na oportunidade, que estranhava que somente àquela época, naquele momento, é que a Reitoria da Universidade vinha trazer ao conhecimento dos docentes do HU e da comunidade, que os mesmos houveram praticado irregularidades que deram margem às suas demissões, mas que, durante todo o período que ele chefiou o Departamento, nunca, em momento algum, ouviram por parte nenhuma reclamação de irregularidades que porventura aqueles médicos tivessem praticado.

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que este médico, Dr. João Carlos Consul, veio na qualidade inclusive de advogado de defesa dos cinco médicos demitidos, porque ele não via razão para que os mesmos fossem demitidos sem justa causa.

Decorridos alguns anos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto volta à tona novamente, e de que maneira?

Volta em decorrência do justo inconformismo dos cinco professores médicos. Eles, não se conformando com suas demissões, bateram às portas da Justiça. Esses médicos — é bom que se registre novamente nesta Casa — todos de notável saber jurídico, todos de reputação elevada e de alto conceito perante não só os alunos, à comunidade de Londrina, como perante toda a comunidade do Estado do Paraná, de forma alguma poderiam aceitar passivamente a condição de demitidos da Universidade de Londrina. Médicos inclusive com cursos de especialização e doutorado no exterior, reconhecidos inclusive por mestres de outros Estados e de outros países, com curso, repito, prestados em universidades americanas e alemãs. Esses médicos, esses professores, de forma alguma, poderiam aceitar passivamente as coisas como tudo aconteceu.

Inicialmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é bom que se diga aqui também, eles esperaram, aguardaram que os representantes do povo, principalmente aqueles eleitos por Londrina, se posicionassem a respeito do assunto, e principalmente ao lado



da verdade e da justiça. Poucos Deputados que representam Londrina nesta Casa, tiveram a retidão e a sensibilidade para se posicionar ao lado da verdade e da justiça.

Mas, infelizmente, como dizia este Deputado no início do pronunciamento, esta Casa muito pouco pode fazer na defesa desses cinco profissionais injustamente atingidos.

A CPI, que é o único instrumento capaz de investigar quem está com a razão, mais de uma vez fracassou. Por nossa culpa?

Eu declaro que não.

Por culpa do nosso Partido?

Absolutamente não. Por culpa — repito — do Partido majoritário nesta Casa, que com maioria não só neste Parlamento, mas nas Comissões Técnicas Permanentes, e também nas Comissões Especiais, não permitiu que as investigações chegassem a bom termo.

Esta, aliás, foi uma das primeiras e amargas decepções que este Deputado experimentou quando aqui chegava.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, o ilustre orador que está na tribuna utilizará o Horário da Liderança, pelo tempo que for necessário.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e continua com a palavra o Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço, Sr. Presidente, e ao nobre Líder Nelson Friedrich.

Mas eu dizia, que a forma como foi conduzida a CPI da Universidade de Londrina, nesta Casa, foi, senão o primeiro, um dos sintomas de decepção que este Deputado tivera logo que aqui chegava.

Pensávamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que quando a verdade e a justiça estivessem colocadas de um lado, que todos os Deputados aqui presentes também se posicionassem do lado delas.

E por isto e por esta razão, é que da forma como esta CPI foi conduzida, é que tivemos uma profunda e triste decepção como representante do povo.

Esgotados, portanto, os recursos a nível de Parlamento, a nível político, o que é que restou para esta situação que envolvia os docentes, alguns, da Universidade de Londrina?

Restou pura e simplesmente as portas da Justiça. E eles, na qualidade de servidores da Universidade Estadual de Londrina, regidos pela CLT, não encontraram outro caminho senão bater às portas da Justiça, para ver seus direitos reconhecidos.

Homens com uma vida longa, intensa, de serviços prestados à comunidade de Londrina, reconhecidos profissionalmente perante a comunidade e aos estudantes universitários de Londrina, chefes de família que nada mais fizeram e têm feito ao longo desta vida, senão se comportar de uma maneira digna e correta, se viram punidos, castigados, demitidos de uma função que era inclusive o seu sacerdócio.

A homens que agem desta maneira ao longo de uma vida, não resta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, outro caminho, senão a resistência e a persistência em busca do reconhecimento das lutas e da forma honesta com que sempre se pautaram ao longo desta vida pública.

Bateram às portas da Justiça do Trabalho, em Londrina.

Constituíram um advogado especialista neste setor, o meu amigo, Dr. Jorge Aidar, advogado de reconhecido saber jurídico, homem de reconhecida capacitação profissional nesta área, em

Londrina.

E depois de algum tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Dr. Jorge Aidar, os cinco médicos demitidos, viram que realmente vale a pena brigar quando é atacado pela injustiça.

O processo teve seu encaminhamento normal, teve o seu trâmite processual normal, até que chegou a fase de julgamento.

E agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é exatamente em razão deste assunto, deste fato, é que peço a atenção dos Deputados aqui presentes.

A Justiça Trabalhista funciona diferentemente da Justiça Comum. Existe o Juiz togado, que é o Juiz de carreira, que é o juiz concursado, que é o magistrado, e existe uma conquista da classe trabalhadora brasileira, ainda do tempo do saudoso Getúlio Vargas, que são os Vogais. Um representando a classe patronal, o outro representando a classe dos trabalhadores. E com isto formam o que chamamos de a "Trilogia da Justiça Trabalhista".

O processo, repito, veio a julgamento. Por mera coincidência, o Juiz Titular da Junta de Conciliação e Julgamento de Londrina, é o Dr. Antônio Moura, Professor da Universidade.

Magistrado correto e decente, teve o zelo de se julgar, teve o cuidado de argüir um aspecto que para nós, como Deputados, reflete exatamente o posicionamento de um magistrado sério, ele entendeu que não deveria julgar o feito, uma vez que pertence à Universidade Estadual de Londrina, na qualidade de Professor.

Veio o Tribunal Regional do Trabalho, e designou um Juiz para julgar o feito. E este juiz — faço questão de proferir seu nome, para que os Anais desta Casa gravem e, quem sabe um dia, a verdade possa vir à tona, Dr. Fernando Henzo Ono, Juiz Substituto da Justiça do Trabalho.

Sei que é um magistrado com pouco tempo de serviço na Justiça Trabalhista, e recebeu o processo, estudou-o durante vários dias e proferiu sua sentença.

Para surpresa de alguns, o Dr. Fernando Henzo Ono, julgou a ação procedente e deu ganho de causa aos cinco médicos que, em 79, foram demitidos.

Mas para surpresa ou satisfação de muitos, este gesto deste magistrado não foi novidade. Porque, dizia no começo deste pronunciamento, que a injustiça, ou quem é injustiçado, deve persistir na busca de seus direitos. E os cinco médicos persistiam. Esgotaram-se os caminhos políticos, bateram às portas da Justiça.

A Justiça togada, a Justiça Trabalhista de Carreira, — se é que a gente pode usar esta expressão, se fez. Depois de vários dias, este Juiz veio a público reconhecer que os cinco médicos que foram demitidos eram inocentes e tinham, portanto, o direito de volver à sua cátedra, na Universidade de Londrina.

Julgou procedente a ação em benefício dos médicos, dos professores. Reconheceu seus direitos, determinou que os seus salários atrasados fossem pagos. Reconheceu que é importante as suas estabilidades, no serviço, o que vem demonstrar que foi realmente um ato injusto e meramente com interesses políticos, as suas demissões, em 79.

Mas infelizmente — infelizmente eu dizia — que a Justiça do Trabalho funciona — um Juiz Togado e dois Vogais, cujos Vogais constituem uma conquista da classe trabalhadora mas que, infelizmente, tenho absoluta convicção disso, Getúlio Vargas — lá onde estiver — deve estar envergonhado. Envergonhado, Sr. Presidente, este é o termo correto. Da forma como esses representantes, que se dizem representantes da classe trabalhadora, têm se portado ao longo desses anos, nesses Tribunais Regionais de Trabalho, nas Juntas de Conciliação e Julgamento desse País afora.

Não foi assim que Getúlio Vargas criou a figura do Vogal. Ele criou a figura do Vogal, para que?

Para que o representante dos patrões defendessem os seus interesses; mas para que o representante dos trabalhadores honrasse também os seus representados.

Esse cidadão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, — vou citar o nome para que os Anais também registrem — Augusto Borges; pelego, covarde, mentiroso e subserviente, Presidente de um Sindicato que se diz de trabalhadores, votou contra os professores demitidos e a favor da Universidade de Londrina.

Pasmem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até o próprio Juiz togado se sentiu surpreso e perplexo com esta sua opinião e pediu inclusive que este pelego, Augusto Borges, homem que envergonha qualquer sociedade, justificasse seu voto.

Ele, como não tinha argumentos para justificar seu posicionamento imoral, respondeu que era porque os professores tinham entrado em greve. Desinformado, subserviente, incompetente, este cidadão chamado Augusto Borges, que sei inclusive gostar de anunciar pela imprensa quando alguém ataca sua pessoa, de dizer que vai processar.

Este cidadão, na qualidade de Presidente de um Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Londrina, não tinha argumentos para justificar seu voto, e disse que greve é ilegal e que portanto eles tinham que ser demitidos. Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem entrou em greve foram os demais professores, docentes do HU, em solidariedade aos demitidos, quem entrou em greve foram os colegas dos demitidos, em razão de suas demissões, num gesto de revolta, diante das injustiças que a Reitoria cometeu.

Então vejam Vossas Excelências, como é que determinados representantes de sindicatos se posicionam, de Norte a Sul deste País, irresponsavelmente, imoralmente, subservientemente.

Sabemos inclusive que este pelego, Augusto Borges, vem ocupando ao longo destes anos, esta posição de Presidente do Sindicato, pelas mãos de políticos que detêm o poder em Londrina.

Está mais uma vez caracterizado interesses escusos, políticos, meramente políticos, no sentido mais sujo da palavra. Porque, interesses políticos, também o são no sentido elevado. E nós, na qualidade de representantes do povo, na qualidade de homens que não curvam diante de injustiças, diante de imoralidade alguma, quando vemos um Juiz togado reconhecer um direito dos demitidos, determinar sua recondução aos cargos que ocupavam, não podemos permitir, nos silenciar, que um representante classista e dos empregados vote a favor dos patrões, e o que é pior, num processo reconhecidamente justo, no que tange aos direitos e às arguições dos reclamantes.

É por esta razão que, mais uma vez entristecido, mais uma vez decepcionado, ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem certas pessoas neste País, neste Paraná, na nossa querida Londrina, que faz hora que apagaram determinados valores de suas pessoas, moralidade, dignidade, respeito, decência, honestidade. Faz horas que essas pessoas e esse Augusto Borges apagaram do seu dicionário.

Isto é triste, para um homem que tem idade para ser meu pai, se prestar a um papel deste, jogando inclusive um trabalho de dias e noites, de meses e anos, de dedicação, de profissionais, de advogados, de estudos, de consultas doutrinárias e jurisprudenciais. Isto é uma vergonha para mim, como modesto advogado, é uma vergonha para a classe dos advogados brasileiros, ver um trabalho de fôlego, trabalho sério de estudos inclusive, ser jogado ao lixo por um pelego da marca deste cidadão chamado Augusto Borges, aliás, cidadão, não, indivíduo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do PP, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra, o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, também nos preparávamos hoje para usar da tribuna exatamente em função do epílogo em Londrina, da luta que vem desde 1979, e da qual participamos na época com muita decisão, e o que é importante, com muita definição.

Epílogo que promoveu a vinda a esta tribuna do Deputado José Tavares, e com sobras de razões.

Londrina recebeu abismada, a decisão que partiu exatamente de um vogal, e de um vogal exato dos empregados.

Mas é preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não obstante tenha o assunto sido debatido amplamente aqui pelo Deputado José Tavares, é importante que façamos pelo menos duas colocações, para que os Anais desta Casa registrem a história passada e a história presente.

Tenho em mãos uma cópia com todas as assinaturas de um relatório feito no dia 09 de maio de 79, cujos signatários são o Presidente e os Membros da Comissão de Instrução Pública, da Assembléia Legislativa, naquela oportunidade.

E pelo menos para que nos recordemos, para que possamos viver um pouco da época em que as demissões desses docentes aconteceram, que uma luta se desencadeou, que demissões provocaram movimento grande de docentes, em Londrina, que tantas pressões surgiram, é justo que nos recordemos de uma posição tomada, oficialmente, por esta Casa Legislativa. É um relatório vasado nos seguintes termos:

#### RELATÓRIO

A Comissão de Instrução Pública da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reunida na sede da Câmara Municipal de Londrina, sob a Presidência do Deputado José Antônio Del Ciel e presentes todos os seus membros, Deputados Dácio Leonel de Quadros, Ailton Cordeiro, Jurandir Messias, Werner Wanderer, José Tavares da Silva e Renato Bernardi, com a presença ainda do Deputado Ruben Valduga e dos representantes dos docentes, residentes e estudantes, e tendo em vista a proposta apresentada por esta Comissão e aceita pelo Conselho Universitário da FUEL, tratou das demarches visando solucionar o impasse surgido na Universidade de Londrina e que culminou com o presente movimento reivindicatório.

Depois dos entendimentos mantidos com as partes interessadas e tendo em vista a Portaria 12.910/79, da FUEL, declarando suspensos os efeitos das portarias relativas à demissão dos docentes Lúcio Tedesco Marchese, João Amorim Filho, José Carlos Pareja, José Mário S. Marcondes dos Reis e Axel W. Hulsmeyer, tomou a seguinte posição:

1. — louvar a atitude de ambas as partes, no acatamento da propositura desta Comissão;

2. — interpretar, face aos entendimentos mantidos com as partes interessadas, que a Portaria 12.910/79, representa não apenas a suspensão dos atos de demissão dos docentes, como a convicção de que nenhum prejuízo os mesmos sofrerão nas suas relações de trabalho e vencimentos, não obstante permaneçam afastados de qualquer atividade, até que sejam julgados em caráter definitivo os pedidos de revisão apresentados ao Conselho.

3. — manifestar a convicção de que as relações dos estudantes e residentes com a Universidade, sejam normalizadas, sem qualquer prejuízo de aproveitamento curricular do ano letivo de 1979, mediante a adoção de medidas administrativas necessárias para compatibilizar a carga horária de aulas com o tempo físico ainda disponível.

4. — manifestar sua convicção de que nenhuma punição venha a ser aplicada quer aos docentes, residentes ou estudantes, em virtude do movimento reivindicatório.

5. — atendida pelas partes interessadas a proposta apresentada por esta Comissão, manifestamos a nossa convicção de



que todos os atos futuros envolvendo a presente questão serão orientados pelos dispositivos regimentais da FUEL.

5. manifestar ainda a satisfação pela posição assumida pelos docentes desde o início dos trabalhos desta Comissão, tanto na aceitação da proposta original como pela afirmativa feita nesta reunião, de sua volta imediata às atividades

Londrina, 09 de maio de 1979

(aa) JOSÉ A. DEL CIEL – Presidente  
DÁCIO LEONEL DE QUADROS – Secretário  
JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO  
AIRTON CORDEIRO  
JURANDIR MESSIAS  
WERNER WANDERER  
RENATO BERNARDI

Reportamo-nos a esse documento, apenas para lembrar os termos com que tentamos resolver o problema.

Porém, cessado o movimento e passados alguns dias corria a notícia de que a Universidade já havia definido, tomado uma posição em considerar demitidos, após os acertos, os Docentes da Universidade.

Não houvera aquilo que se esperava ou que se apregoava na época do julgamento, apenas no sentido de não se acatar a revisão, na época, e a coisa ficou por isto mesmo; daí, caminhou-se pela Justiça, e hoje o espanto — quero crer — seja do Paraná, e também para que dos Anais desta Casa fique constando, já que o assunto foi por demais debatido aqui pelo Deputado José Tavares, me permito apenas fazer uma rápida leitura do que diz hoje a "Folha de Londrina", em sua página cinco:

"Pela primeira vez nos quase vinte anos de história da Junta de Conciliação e Julgamento de Londrina, os dois Vogais votaram contra uma sentença emitida pelo juiz, divergindo sobre sua fundamentação e julgando improcedente a pretensão de cinco professores da Universidade, demitidos em maio de 79, sem justa causa, que reclamavam anulação de sua demissão, reintegração ao quadro de docentes e o pagamento dos salários e direitos trabalhistas, com efeitos retroativos. Apesar de o juiz, Fernando Eizo Ono ter julgado procedente a ação dos professores, tanto o Vogal dos empregados, Carlos Canuto Gouveia, como o dos empregadores, Augusto Borges, surpreendentemente votaram por sua improcedência. O fato é considerado raro na literatura jurídica do Paraná.

Ao que tudo indica, a decisão foi, sobretudo, política, com ingredientes que levam advogados a ridicularizá-la, em suas conversas informais, e que, inclusive, desperta o questionamento da validade da representatividade dos vogais em um País onde a grande maioria das lideranças sindicais é, ainda, aliada às estruturas do poder. O voto do vogal dos empregados, Augusto Borges, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Londrina, endossa esse questionamento.

#### A HISTÓRIA: DESDE 1979

A 29 de maio de 1979, os médicos e professores Axel Werner Hulsmeier, João Amorim Filho, José Carlos Pareja, José Mario Siqueira Marcondes dos Reis e Lúcio Tedesco Marchese, foram demitidos pelo Reitor José Carlos Pinotti, sem justa causa. O fato teve grande repercussão na imprensa e motivou uma greve de solidariedade aos demitidos no Centro de Ciências da Saúde. Os professores, através do Advogado Jorge Hamilton Aidar, impetraram uma ação na Justiça do Trabalho, reivindicando sua reintegração ao corpo docente da Universidade. O julgamento final desta ação, cujo processo teve o número 846, aconteceu no dia 14 deste mês, com a seguinte sentença do Juiz, Fernando Eizo Ono:

"Este magistrado está convencido da procedência da reclamação, sendo de direito a anulação da dispensa e, consequentemente, a reintegração de todos nos seus respectivos empregos, mediante o pagamento dos salários e demais direitos

trabalhistas"

O voto do vogal dos empregadores não causou surpresa. Afinal, este tem sido o procedimento de Carlos Canuto Gouveia, do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos de Londrina, nos seus 15 anos de atuação na Junta de Conciliação e Julgamento. Surpreendente foi o voto do presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio, Augusto Borges, que desde de maio de 1980 foi nomeado como vogal: entendeu como improcedente a intenção dos professores, derrotando a sentença do próprio Juiz, que era favorável aos empregados.

Procedimento inédito, pois o próprio juiz titular, João Antônio Gonçalves de Moura, não participara do julgamento porque requisitara seu próprio afastamento, afirmando-se sem condições de julgar, já que ministra aulas na Universidade

#### PROTEÇÃO DO REGIMENTO

O juiz auxiliar, Fernando Eizo Ono, que substituiu a Antônio Gonçalves de Moura, não quis comentar sua decisão ontem. Para isto, apresentou os argumentos enumerados nos autos, que são escudado fundamentalmente no artigo 144 do Regimento Geral da instituição de ensino, que dá estabilidade funcional ao corpo docente: "A aquisição da estabilidade no corpo docente é condicionada à natureza efetiva da admissão, não ocorrendo casos de interinidade ou substituição ou quando a permanência no emprego depender de satisfação de requisitos especiais de capacidade, apurados segundo as normas próprias do ensino".

Segundo entendeu o juiz, os professores tinham sua capacidade profissional já aferida inclusive com promoções dentro do corpo docente e testada em mais de cinco anos de trabalho (entre eles o que tinha menor tempo de serviço trabalhava há seis anos na Universidade). Portanto — ressaltou Ono — eles "havam preenchido todos os requisitos para a aquisição da estabilidade. Assim, poderiam ser dispensados apenas por justa causa, devidamente apurada, mediante processo administrativo, em que se assegura ao empregado pleno direito de defesa. Em outras palavras, perde a reclamada — no caso a Universidade — o direito potestativo de dispensa unilateral".

#### MEDO DA DISTORÇÃO

O vogal dos empregadores, Carlos Canuto Gouveia, procura evitar contato com a imprensa. Perguntado sobre o fato limitou-se a responder: "Tudo o que vou dizer está nos autos. Prefiro que leiam lá, para evitar distorções". Apesar da insistência para que ele justificasse seu voto, restringiu-se à acanhada desculpa: "Tenho medo da distorção".

De acordo com funcionários da Junta de Conciliação e Julgamento, não havia porque ele fundamentar seu voto: em todos os processos, escolhe sempre a versão dos empregadores: "Está na dele".

#### SEM MOTIVOS

Para o sindicalista Augusto Borges, não havia espaço para defender a posição dos professores: "Eles foram contrariados pelo regime da CLT, e pediam a reintegração pelo Regimento Interno da Universidade. Receberam todos os seus direitos, sem problemas, inclusive em respeito à opção que fizeram diante da lei número 5107. Por isto, fundamentamos o nosso voto, julgando improcedente a ação".

Contudo, para o advogado Jorge Hamilton Aidar, que defendeu os professores, o presidente do Sindicato, Augusto Borges, "não teve a dignidade e a decência de se dar por impedido para julgar a ação. Inclusive poderíamos tê-lo impedido, porque sabemos de suas implicações políticas, como membro do diretório do PDS e da sua ligação com o Reitor, José Carlos Pinotti, e com o ex-Reitor, Oscar Alves. Mas não o fizemos, em nome da crença na dignidade e na justiça. Sua atitude foi lame-

tável..."

Aidar informou ainda que em onze anos de profissão, nunca assistira a uma decisão como a do dia 14 deste mês: "Para mim, é inédito um vogal dos empregados votar contra a pretensão dos próprios, inclusive contra o parecer do Juiz. Mas este senhor não nos surpreende em sua atitude".

#### CONTRA A GREVE

Segundo o advogado, Jorge Hamilton Aidar, que recorrerá da decisão ao Tribunal Regional do Trabalho, em Curitiba, as ligações de Augusto Borges com a Universidade eram estreitas demais para se esperar um procedimento diferente no episódio: "Em maio de 79, durante a greve dos professores, este senhor encetou uma campanha de apoio à Reitoria. Na época, já havia demonstrado sua parcialidade, transportada agora, infelizmente, para o julgamento. Além do mais, ele não esconde o fato de ser membro atuante do partido do Governo".

Inconformado com o resultado do processo, Aidar manifestava-se "altamente decepcionado. Acreditamos na Justiça. Mas as pessoas responsáveis por ela não estão correspondendo. Esta decisão, por exemplo, foi eminentemente política. Aliás, o vocalato tem se mostrado político, inclusive na análise de outros casos. Agora, este, foi demais..."

Esta, senhor Presidente, Srs. Deputados, é a nota publicada hoje na página cinco do jornal "Folha de Londrina", cuja leitura procedemos desta tribuna, para que fique nos Anais desta Casa e possamos, no futuro, ter boas lembranças do passado.

Deixo de tecer maiores considerações sobre o artigo, uma vez que quero ficar com as brilhantes ponderações do Sr. eminente Deputado José Tavares.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Antes porém, esta Presidência comunica aos Srs. Deputados que a Sessão Solene marcada para quinta-feira, fica suspensa, em razão do falecimento do Dr. Marcos Augusto Henriete, homenageado deste Poder, que receberia naquele dia o título de "Cidadania Honorária" do Estado do Paraná.

Razão porque, fica suspensa a Sessão Solene, e esta Casa terá seus trabalhos normais, através da Sessão Ordinária.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Srs. Deputados Edilson Alencar e Werner Wanderer, constante do expediente, na qualidade de autor e membro da CPI para averiguar denúncias de arbitrariedades cometidas pelo Delegado de Polícia, Sr. Oscar Pacheco dos Santos, requerem o arquivamento da referida Comissão, pois a mesma não tem mais sentido com a exoneração do Delegado pela Resolução 895, de 09/10/81. — Deferido. Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 05/81, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. nº 10/81), que subscreve aumento de capital da Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR mediante integralização pela incorporação do imóvel situado em Curitiba e de propriedade do Estado, conforme especifica. Parecer Favorável da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, trata da subscrição de aumento de capital da Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, mediante a incorporação de um imóvel de propriedade do Estado, cujo imóvel localiza-se na Rua Barão de Antonina, entre as Ruas Mateus Leme e Duque de Caxias, na zona urbana desta Capital, com a denominação de Zona R-3, com 923,40 metros quadrados, Sr. Presidente.

O presente projeto de lei havia sido retirado da pauta por cinco sessões, por solicitação do eminente Líder da Bancada do PDS nesta Casa, Deputado Erondy Silvério, mediante as ponderações deste Deputado que este imóvel, para ser entregue para a COHAPAR, deveria ser precedido de um laudo de avaliação. Bem como, qual o regime das ações que seria a presente subscrição de aumento de capital. O eminente Líder Erondy Silvério, nos fez chegar, na data de ontem, um laudo de avaliação que foi procedido pelos Srs. Adolfo Rocha da Cruz, Representante do CREA da Sétima Região, do Sr. Achilles Mion — economista registrado no CORECON, sob o número 1040, no Paraná e pelo Sr. Ório Sagboni, inscrito na OAB — número 3819/PR.

Esse laudo de avaliação foi precedido após consultas a inúmeras imobiliárias desta Capital, tais como:

MOV — Imóveis que estimou o valor do metro quadrado de 4 a 5 mil cruzeiros; da GRAMADO — Empreendimentos Imobiliários no valor de quatro mil cruzeiros o metro quadrado; da Organização Imobiliária São Jorge Ltda, que estimou em 4.500 cruzeiros o metro quadrado; da Mandato Imóveis, que estimou de 3.990 a 4.150 o metro quadrado; da Imobiliária Cilar, no valor de cinco mil cruzeiros o metro quadrado; da Comissária Galvão, de 6 a 7 mil cruzeiros o metro quadrado; da Agência de Rendas do Estado, à Rua Riachuelo, 450, no valor de 6 a 7 mil; o engenheiro Edson Solano da Costa Porto, da Concreta Construções Cíveis, estimou em 8 mil cruzeiros o metro quadrado; o engenheiro João Manoel Militão da Silva, perito da Terceira Vara Civil, estimou em 7.500 o metro quadrado; o Sr. Fernando Schelmann, morador proprietário nas imediações, estimou de 6.500 a 8.000 cruzeiros o metro quadrado.

Esses três peritos deram um valor máximo de 6.620 o metro quadrado, um valor médio de 6.000 e um mínimo de 5.380. Os peritos optaram pela avaliação pelo valor médio, de 6.000 cruzeiros o metro quadrado, dando este imóvel o valor global de cinco milhões, quinhentos e quarenta mil cruzeiros, Sr. Presidente.

E que entendemos que, pelo documentos que nos chegaram às mãos, a avaliação é correta, muito embora discordemos da forma como foi efetuada esta avaliação, haja vista que nesta Capital existe um órgão reconhecido nacional e até internacionalmente, que são as câmaras de valores imobiliários, e aqui tem a câmara de valores imobiliários do Paraná, que é um órgão reconhecido juridicamente como técnico e apto para dar parecer igual a este.

Mas nós, não pretendendo atravancar o andamento deste projeto de lei, que visa entregar este imóvel para que a COHAPAR possa construir a sua sede própria, votaremos favoravelmente.

Mas antes, Sr. Presidente, solicitamos a Vossa Excelência que este laudo de avaliação, às suas folhas 4 a 9, sejam transcritas nos Anais desta Casa, para que fique registrado a forma e os valores que foram dados a este imóvel. (A matéria a ser transcrita acha-se publicada no final desta Ata).

Solicito a Vossa Excelência, para que esse laudo de avaliação seja apensado ao presente projeto de lei, e que a Comissão de Redação, se assim entender, que faça a citação desse laudo, para que dúvidas não parem perante esta Casa de Leis e dúvidas não sejam jogadas posteriormente ao Poder Executivo

de que vai entregar um imóvel sem laudo de avaliação, e que ficasse devidamente esclarecido no presente projeto de lei.

Eram estas as considerações, Sr. Presidente, e nós votaremos favoravelmente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está bom.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, tenho pessoalmente discordado muitas vezes de algumas colocações feitas em plenário pelo nobre Deputado Darcy Deitos. Eis que ele é um Deputado de oposição e não pode evidentemente pensar como eu penso a respeito de determinados aspectos administrativos do Estado.

Entretanto, nesta oportunidade, Sr. Presidente, quero que os Anais consignem o meu respeito e a minha admiração pelo nobre Deputado, pelo seu zelo demonstrado no exame acurado da matéria que a Casa está votando. Acho que a função do Poder Legislativo é exatamente essa, é o exame real da matéria que se vota em todos os seus pormenores a fim de que a lei saia daqui uma lei válida, uma lei que não traga nenhum vício de origem.

Nestas condições, Sr. Presidente, em que declara o seu voto favorável o nobre Deputado Darcy Deitos, quero deixar consignado o meu respeito, a minha admiração, como também as minhas congratulações ao nobre Deputado, pelo zelo com que ele se houve no encaminhamento desta matéria.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer com a mão estendida. — Aprovado, artigo por artigo.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44/81, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a “Associação dos Diretores de Escolas Públicas do Estado do Paraná”, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 76/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a “Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Coronel Vivida”, com sede e foro na cidade de Coronel Vivida. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública o “Núcleo Regional de Curitiba da Ordem do Graal da Terra”, com sede em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria o Distrito Administrativo de Fazenda Rio Grande no Município de Mandirituba, com divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com EMENDA, por unanimidade. — Em votação a emenda. — Aprovada.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Peço a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem. Antes que Vossa Excelência atenda o requerido, requeira a Vossa Excelência chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada 39 Srs. Deputados. Há “quorum” para deliberações.

A Mesa procederá a verificação de votação, requerida pelo nobre Sr. Deputado Nilton Friedrich.

Solicito aos Srs. Deputados para tomarem seus assentos, a fim de proceder a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam a emenda de autoria da Comissão de Justiça, queiram levantar-se. — (Pausa).

Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

40 Srs. Deputados aprovam, nenhum Sr. Deputado rejeita. — Aprovada.

Em votação o projeto. — Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que altera a Lei n.º 6407, de 11 de junho de 1973. (Fundação IPARDES). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. COM EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Projeto objetiva alterar a Lei 6407, de 11 de junho de 1973, que diz respeito exatamente à Fundação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

Tal projeto subscrito pelo nobre e dedicado Deputado Luiz Alberto de Oliveira, tem no seu artigo 1.º, a pretensão de que fica declarada a denominação de “Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social - IPARDES”, para “Fundação Edison Vieira”.

Quanto a este artigo 1.º, Sr. Presidente, Srs. Deputados, houve, no bojo do processo, uma correspondência do próprio Instituto, fazendo referências da importância de que a denominação da instituição continuasse vigorando, face a diversos convênios, em elaboração com órgãos internacionais, como o Banco Mundial e a FAO. E com todo o mérito que merece, obviamente, este paranaense, recentemente desaparecido, Edison Vieira, esta alteração já foi sanada.

Mas a nossa pretensão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e não foi possível o contato pessoal, com o ilustre subscritor, é de que no artigo 6.º da Lei 6407, de 11 de junho de 1973, conforme o projeto em discussão, passará a ter a seguinte redação:

“O Conselho de Administração, órgão de supervisão geral das atividades da Fundação, será constituído por titular da Secretaria de Estado do Planejamento, que o presidirá, e pelo

Presidente da Fundação, como membros natos, além de três outros membros nomeados pelo Governador do Estado, sendo um representante da Universidade Federal do Paraná, oriundo de área afim à da Fundação, um da Associação Comercial, e um da Federação das Indústrias do Paraná.

Artigo 3 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sentindo, Sr. Presidente, que quando o ilustre Deputado Luiz Alberto de Oliveira busca aprimorar o Conselho de Administração, nós pretenderíamos neste instante fazer algumas observações.

Primeiro, de que hoje o Conselho de Administração, formado portanto pela Secretaria do Estado do Planejamento, pelo Presidente da Fundação e por três outros membros indicados pelo Governo do Estado e a partir desta pretensão, esses três membros são na verdade, já definidos como um representante da Universidade Federal, da Associação Comercial e da Federação das Indústrias do Paraná, nós entendemos que ficaria ainda acanhada esta pretensão, porque todos sabem que a Fundação IPARDES ao longo dos seus anos, onde encontramos trabalhos de alto relevo, tem prioritariamente se dedicado a atividade agropecuária do Paraná.

Se fôssemos fazer uma projeção, poderíamos dizer que, talvez em torno de 60 a 70% de todo o trabalho do IPARDES, está relacionado com a atividade agropecuária de nosso Estado.

E neste instante nós vemos que, dos três membros nomeados pelo Governo do Estado, teríamos além de representantes da Universidade, um da Associação Comercial e um da Federação das Indústrias do Paraná, já que é extremamente elogiável o desejo do ilustre Deputado, nós entendemos que seria no caso até de se ampliar, colocando-se presente um representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura e da Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Não há dúvida de que assim estaríamos até compondo melhor um Conselho de Administração desta Fundação que tem como prioridade um, o setor agropecuário e que, na verdade, só de maneira secundária, se dedica a atividade comercial e industrial do Paraná.

Haja vista que qualquer folha de boletins do próprio IPARDES, para se sentir os trabalhos, as pesquisas e as informações que lá constam, dizendo-se respeito em especial ao problema do meio rural.

Por esta razão, nós fizemos uma emenda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e, infelizmente, não contamos com a presença do ilustre Deputado para até dialogar nesta nossa pretensão, de que no final do artigo 2, se incluisse representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, e da Federação da Agricultura do Paraná, duas entidades máximas que representam o meio agrícola em nosso Estado.

E confesso mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mantivemos até contato telefônico com o Diretor-Presidente da Fundação, em que sentimos até o seu desejo de que as coisas continuassem como estão até agora. Mas, já que há este objetivo, de alterar o Conselho de Administração, porque não, e dizíamos isto ao próprio Diretor e ele entendia com muita clareza de que, efetivamente, grande parte dos trabalhos do IPARDES, está dirigida a ação do meio rural e porque não, portanto, colocar estas duas entidades e ficarmos só com a Associação Comercial e com a Federação das Indústrias do Paraná, até porque, este Conselho estaria, portanto, devendo em parte ao próprio trabalho que este Instituto vem desenvolvendo, ou a Fundação vem realizando.

Por esta razão Sr. Presidente, Srs. Deputados, se fosse possível, só que é óbvio, depende não só do Deputado subscritor, como da própria Bancada Majoritária, em que pese estar em Regime de Urgência, pudéssemos ter uma apreciação, por parte do Deputado que é autor deste projeto, para ver se entende ou não, ou se esta Casa passe a entender ser importante a

inclusão desses dois novos representantes no próprio Conselho de Administração da Fundação IPARDES.

É o que queríamos, neste instante, e que consta de nossa emenda.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) - Continua em discussão.  
Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, tendo já havido uma pre-disposição manifestada pelas Lideranças do PMDB, que propõem uma alteração no conjunto de pessoas que formam o Conselho Administrativo do IPARDES e o eminente Líder do Governo, tínhamos apenas a aduzir que já há discussão deste nível - poderíamos dizer, discussão de alto nível - com relação ao Conselho Administrativo do BADEP, oportunidade em que não houve o entendimento como o que se assemelha, ou que se esboça ter agora, seria de todo conveniente que esta Assembléia acolhesse sugestões como essa que está sendo apresentada, para o aperfeiçoamento da participação administrativa de organismo que compõem a grande motora da economia paranaense, a agricultura e a pecuária.

Havendo já este ânimo de alteração, dou por concluída esta minha exposição. E desejaria mesmo que este projeto iniciasse um diálogo muito mais profundo, no sentido do aperfeiçoamento das instituições.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Em votação a Emenda Substitutiva, ressalvada a Emenda de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a retirada do projeto da Ordem do Dia, a fim de que se possa discutir as emendas junto ao autor do mencionado projeto.

O SR. PRESIDENTE - Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, propondo a retirada do projeto da Ordem do Dia. - **Aprovado.**

Nestas condições e retirada da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 93/81, em segunda discussão.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 47/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 16/81. (Mens. Govern. n.º 17/81), que aprova o termo de renovação do Convênio n.º 117/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Cianorte, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, objetivando aplicação de recursos financeiros do Imposto Único sobre Lubrificantes Combustíveis Líquidos e Gasosos. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 48/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 46/81. (Mens. Govern. n.º 48/81), que aprova o Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, com o Município de Piraquara, objetivando aplicação de recursos do Fundo de Participação dos Estados no programa de recuperação da área do manancial do Rio Iraí - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 49/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE

**CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**, à ex-Proposição n.º 57/81, (Mens. Govern. n.º 63/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Indústria e do Comércio, visando a realização da "II Feira Brasileira de Artesanato". — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 59/81, (Mens. Govern. n.º 65/81), que aprova os Termos Aditivos a Convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Centenário do Sul, Colorado, Moreira Salles, Santa Isabel do Ivaí e Terra Roxa, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede dos referidos Municípios. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51/81, oriundo de Parecer aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 61/81, (Mens. Govern. n.º 67/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e o Instituto de Açúcar e do Alcool, objetivando a implantação do "Projeto de Capacitação de Pessoal para Incremento e Racionalização de Alcool de Cana". — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 52/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 63/81, (Mens. Govern. n.º 69/81), que aprova o Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios especificados, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nestes municípios. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 68/81, (Mens. Govern. n.º 75/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e os municípios aqui nominados, objetivando a aplicação de recursos na execução de obras de controle da erosão urbana, nos municípios citados, de conformidade com a programação para o exercício de 1981 do PRONOROESTE. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/81, oriundo de Parecer aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área do Município de Curiúva, para consultar a população sobre a criação do Município de Figueira. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 69/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante especificada, pertencente ao Município de Curiúva, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Figueira:

"Começa na nascente do Ribeirão da Areia Branca e segue por este até o ponto em que recebe o Ribeirão das Pedras, seguindo por este até o Rio Laranjinha, e seguindo por este até encontrar o Ribeirão São Francisco, e por este até encontrar o Córrego Tabuão daí até a nascente do Arroio Esperança e deste por uma linha seca até a nascente do Ribeirão Areia Branca, ponto de partida."

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 39/80

De autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, o presente Projeto de Lei n.º 39/80, tem por finalidade criar o Município de Figueira, com território desmembrado do Município de Curiúva e divisas que especifica.

Sobre a matéria, foram apresentadas duas emendas Substitutivas, alterando as divisas do Projeto original.

Tendo em vista que o abaixo-assinado que acompanha o processo propõe a elevação do Distrito de Figueira para Município e a Emenda Substitutiva apresentada pelo autor é a que mais se assemelha àquela solicitação, neste parecer preliminar manifestamos a nossa intenção de que seja autorizado o plebiscito naquela região a fim de que a sua população, que é a maior interessada na elevação, se manifeste sobre a matéria, para posteriormente opinarmos com relação aos demais requisitos legais.

Com isso, segue o Projeto de Resolução anexo, autorizando a realização do plebiscito, com divisas da Emenda Substitutiva apresentada pelo seu autor, constante de fls. 21 do processo.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dálio Zippin, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Batista Bini, ocorrido no Município de Almirante Tamandaré. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Flávio Miranda, ocorrido no Município de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Lasso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Dálio Zippin, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 101/81, que visa alterar dispositivo constante da Lei n.º 6174, Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 54/81, que institui a Lista Tríplice para escolha das direções das unidades escolares. — **Rejeitado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

15 Srs. Deputados aprovam, 18 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares.

constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Poder Executivo, consubstanciado em pedido de informações sobre um rol de questões relacionadas com a capacidade de geração de energia das usinas Foz do Areia e Salto Santiago. Rejeitado.

O SR. JOSÉ TAVARES - (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

16 Srs. Deputados aprovam, 18 Srs. Deputados rejeitam.

Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Coordenador Regional do INPS do Paraná, encarecendo que o mesmo forneça a relação das pensões por morte concedidas pelo FUNRURAL de Barbosa Ferraz, nos últimos cinco anos. - Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS - (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

6 Srs. Deputados aprovam, 19 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Senhor Ministro da Aeronáutica e ao Comando da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, nesta Capital, pela passagem do "Dia do Aviador", que será comemorado a 23 do corrente. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja formulada por esta Casa, sugestão ao Senhor Presidente da República, Ministros do Planejamento, Minas e Energia, Indústria e Comércio, dos Transportes, da Agricultura e ao Presidente da PETROBRÁS, no sentido do aproveitamento da Mamona e do Dendê, em substituição aos combustíveis derivados do petróleo. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo com urgência a contratação de professores para ministrarem aulas de Ciências Físicas e Biológicas, no Colégio Humberto de Alencar Castelo Branco - Ensino de Segundo Grau, no Município de Santa Helena - PR. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, à Associação dos Hospitais do Paraná, à Superintendência do INAMPS de Curitiba, ao INAMPS em Brasília, ao Ministro da Saúde e Ministro da Previdência Social, encarecendo a reabertura do Hospital do Distrito de Santa Teresinha, Município de Foz do Iguaçu. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela investidura, no Comando do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar do Paraná, do Coronel Lúcio de Mattos Júnior, e ao Coronel João Arthur Marques

Vieira, que deixa o referido comando. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Friedrich, com o apoio do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado ofício ao Senhor Delegado Regional do Trabalho, no sentido de apurar graves denúncias de arbitrariedades cometidas pela Construtora Renascença em Cuiabá, Mato Grosso, contra 23 operários paranaenses. - Encerrada a discussão.

Requerimento subscrito por diversos Senhores Deputados, constante do expediente, no sentido de que seja oficiado ao Sr. Governador do Estado do Paraná, consubstanciado em apelo no sentido de conceder o 13.º vencimento a todos os funcionários do Estado do Paraná a partir de 1982. - Em discussão. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ao Senhor Ministro da Educação e Cultura, cópia do pronunciamento sobre a necessidade de mais programas infantis para serem vinculados nas emissoras de televisão. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Sargento Vidal, do Vigésimo Sétimo Batalhão Logístico - Material Bélico com sede no Bacacheri, o qual atendeu um acidente de trânsito ocorrido nas imediações de sua Corporação, resultando de sua ação, o salvamento de uma vida. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado expediente ao Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, encarecendo a instalação de um Posto Avançado do Banco do Brasil no Distrito de Santa Teresinha, Município de Foz do Iguaçu. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil e ao Superintendente Regional daquele Banco, no sentido de que sejam liberados recursos destinados à Eletificação Rural, através da Cooperativa de Eletificação Rural de Chopinzinho Ltda. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, encarecendo seja decretada intervenção no Município de Terra Rica, face ao não cumprimento pelo Chefe do Executivo Municipal do que dispõe o inciso VI do art. 118 da Constituição Estadual. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Senhor Prefeito Jehovah Almeida Gomes, pelo 34.º aniversário do Município de Cambé. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado apelo aos Senhores Ministro da Fazenda e Ministro do Planejamento, no sentido de que as cotas atribuídas aos Municípios, originárias do F.P.M., para o exercício de 1982, sejam acrescidas de percentual condizente com os atuais índices inflacionários, utilizando-se os recursos do Fundo de Reserva Especial criado pelo Decreto-Lei n.º 1434, de 11/12/1979. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade à Associação dos Madeiros do Interior Matrogrossense que pleiteam junto ao Governo Federal a imediata recuperação da BR-163, trecho que liga Cuiabá a Si-



nop, no Estado do Mato Grosso. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja o Projeto n.º 19/81, transformado em sugestão ao Poder Executivo, que dispõe sobre aumento das pensões das viúvas de ex-Deputados. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao coordenador do Campus Universitário "Dr. Bezerra de Menezes", pela instituição do Curso de Ciências Políticas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos, para que permita, para fins de estabilidade prevista na Lei 6819/76, a adoção do novo critério de contagem de tempo de aulas suplementares, em vigor naquele órgão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, vem sugerir ao Governo do Estado a ampliação do Corpo de Bombeiros, ou a criação de serviço especial, de combate ao incêndio nas florestas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, sugerindo ao IBDF convênio com o Governo do Estado para o combate ao fogo nas florestas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado ao Senhor Secretário de Estado Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, pedido de informações sobre as despesas em publicidade do Governo do Estado, especialmente as contas da agência Meta Publicidade. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 29/78 e 180/78, 33 e 64/81.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 05/81 e de Resolução n.ºs 47, 48, 49, 50, 51, 52 e 53/81.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/81.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 129/79 e 77/81.  
Levanta-se a sessão.

**"TRANSCRIÇÃO SOLICITADA PELO SR. DEPUTADO DARCY DEITOS, OBJETO DE DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI N.º 05/81, DO PODER EXECUTIVO.**

#### "1. CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

O terreno localiza-se na rua Barão de Antonina, entre as Ruas Mateus Leme e Duque de Caxias, em Zona Urbana com denominação de ZR-3, com 2/3 de aproveitamento da área para construção. Propriedade do Estado do Paraná, medindo 42,70 m de frente por 21,60 m de fundos, perfazendo a área total de 923,40 m<sup>2</sup> de área.

O terreno possui um caimento natural, de acordo

com o caimento da rua, em torno de 5%, isto no sentido da maior dimensão, no sentido transversal é em nível.

No local estão implantados ainda, galpões de madeira e uma moradia de alvenaria precária, em estado de abandono.

## 2. DETALHAMENTO DA PESQUISA.

### 2.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Para montagem do quadro de opiniões, foram feitos contatos em nível informal com corretores de imobiliárias, engenheiros conhecedores do mercado imobiliário e peritos, e, pessoa proprietária, comerciante e moradora nas vizinhanças do lote.

### 2.2. ANÁLISE DO MERCADO IMOBILIÁRIO NO LOCAL:

Devido a localização do lote, em região da cidade desenvolvida a longo tempo, com todas as melhorias urbanas realizadas, os lotes com imóveis implantados nas áreas dos lotes existentes, não há comercialização de terrenos, com características idênticas ao terreno avaliando, tornando-se assim difícil obter referências para a aplicação do método comparativo através do sistema de ponderação, daí optarmos pelo método comparativo através do sistema de análise de opinião direta.

## 3. CONCEPÇÃO DA METOLOGIA

### 3.1 MÉTODO DO CÁLCULO:

Em decorrência do exposto no item 2.2 optamos para cálculo do valor de mercado do terreno, pelo Método Comparativo através do Sistema de Análise de Opinião Direta, em nível informal.

### 3.2 DESCRIÇÃO SINTÉTICA E SEQUÊNCIA DE CÁLCULO:

Captamos e triamos para o terreno avaliando uma série de opiniões abalizadas de elementos do mercado de imóveis local, abordados informalmente e solicitado o seu valor estimativo para negócio a vista e liquidez imediata.

Em seguida agrupamos estas informações em um quadro, onde procedemos a análise e correção dos elementos através de comparação e "coeficiente de contração".

Isto feito, finalizamos com o tratamento estatístico da amostra e chegamos ao resultado final.

## 4. MEMORIAL JUSTIFICATIVO

#### 4.1 DO "MÉTODO"

O método é intuitivo, dispensa maiores informações, de relativa simplicidade, porém, para formar o quadro de opiniões deve-se tomar cuidado na triagem das informações.

#### 4.2 FATOR DE CONTRAÇÃO

Utilizado quando se pesquisa em imobiliária diretamente sobre o imóvel avaliando, baseado no fato de que o zelo do informante tende a contrair a informação, de modo a aproximá-las ao valor de atração de negócio para a ocasião e imediata liquidez.

Observamos que cabe ao avaliador, durante a pesquisa, analisar o comportamento geral do informante e estabelecer o nível de aplicação deste coeficiente (geralmente 10%).

#### 4.3 TRATAMENTO ESTATÍSTICO:

Tratamento estatístico através da Teoria das Pequenas Amostras de Distribuição de "Student".

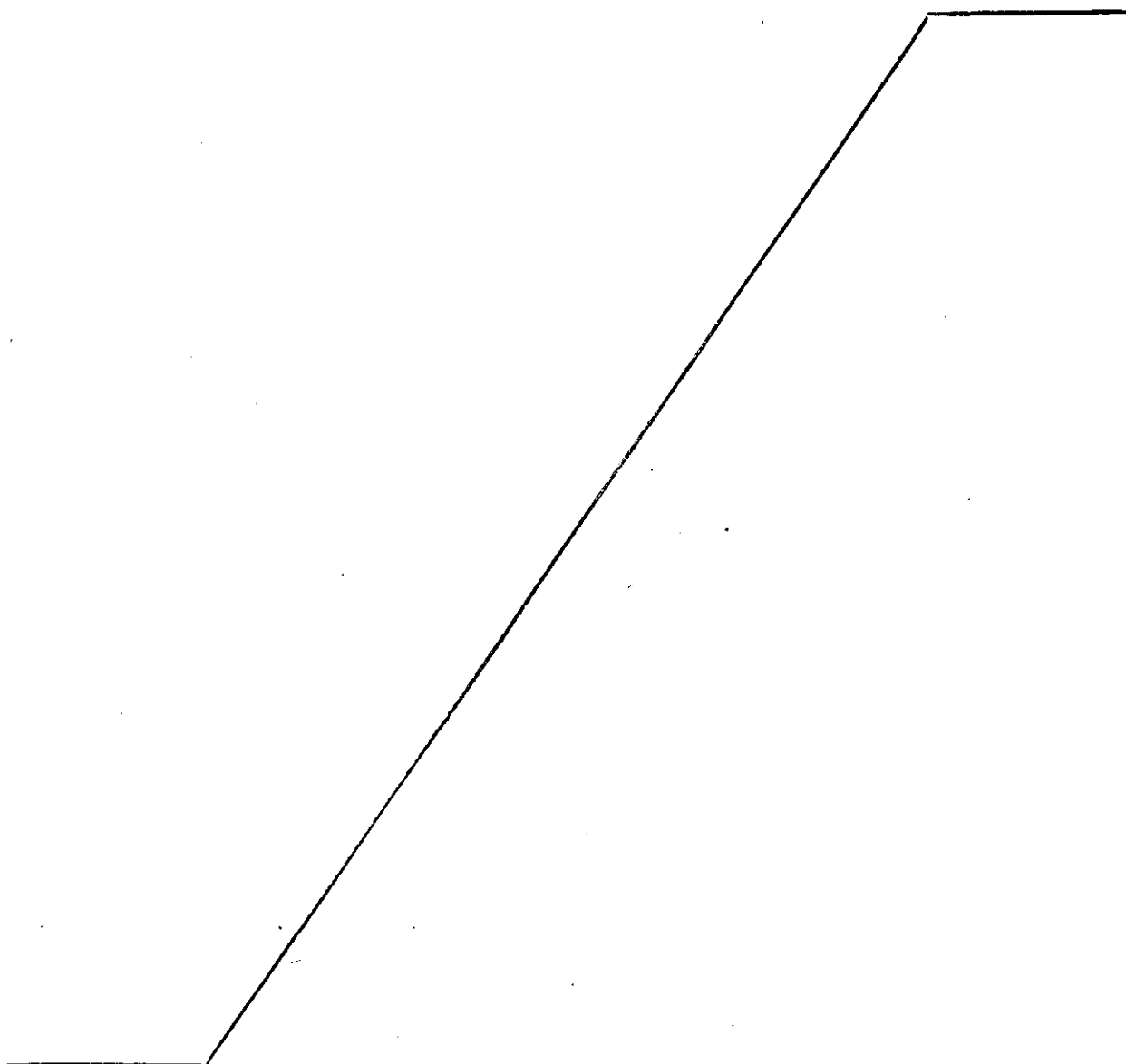
#### 4.4 NORMA BÁSICA:

Norma Brasileira NB-502/77 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Adotado o Nível de Precisão "Avaliação de Precisão" com campo de Arbítrio compreendido por um intervalo de confiança mínimo de 80% (oitenta por cento), aceito estatisticamente por teste de hipótese da variância amostral.

#### 5. CÁLCULO DO VALOR DE MERCADO

##### 5.1 QUADRO DE OPINIÕES: (ver pág. seguinte)



Nº DE ORDEM	FONTE DE INFORMAÇÃO ENDEREÇO CONTATO	VALOR POSSÍVEL DE LIQUIDEZ Cr\$ mil/m <sup>2</sup>	CORREÇÃO POR RETRAÇÃO 10%	VALOR CORRIGIDO Cr\$/m <sup>2</sup>
1	MOV - Imóveis Rua Itupava, 664 Fone: 264-2912 LÍVIO MOREIRA VIANNA	4,00 a 5,00 média 4,50	1,10	4,95
2	Gramado - Empr. Imobiliários Rua 13 de Maio, 375-B Fone: 223-7667 Corretor: NELSON	4,00	1,10	4,40
3	Org. Imob. "São Jorge Ltda." Rua Saldanha Marinho, 30 2º andar - Conj. 207 Fone: 224-8081 JOSÉ OAIDA	4,50	1,10	4,95
4	Mandato Imóveis Rua Cruz Machado, 287 - 1º andar Fone: 224-2760 JEAN LOUIS ESQUIER	3,99 a 4,15 média 4,07	1,10	4,48
5	IMOBILIÁRIA CILAR LTADA. Rua Dr. Murici, 542 - 1º andar Fone: 233-9511 D.A. GOMES - Gerente Venda	5,00	1,10	5,50
6	Comissária Galvão Rua Marechal Deodoro, 51 Fone: 224-6386 Corretor	6,00 a 7,00 média 6,50	1,10	7,15
7	Engº Mário Godanhone Rua Riachuelo, 450 - 1º andar Fone: 222-7021 Ag. de Rendas do Estado	6,00 a 7,00 média 6,50	1,10	6,50
8	Engº Edson Solano da Costa Porto Rua Acir Guimarães, 188 Fone: 244-7122/DT da CONCRETA CONSTR. CIVIS	8,00	—	8,00
9	Engº João Manoel Militão da Silva Rua Alfereis Poli, 1626 PERITO NA 3ª VARA CIVIL	7,50	—	7,50
10	Sr. Fernando Schelmann Rua Duque de Caxias, 807 - 13º andar Fone: 224-2783 Morador e Propr. nas imediações	6,50 a 8,00 média 7,25	—	7,25

## 5.2 - INTERVALO DE CONFIANÇA DA MÉDIA

Calculamos o intervalo de confiança da média a nível de 80% (determinação através da Teoria das Pequenas Amostras, distribuição de "Student").

### a) MÉDIA ARITMÉTICA:

$$\bar{M} = \text{Cr\$ } 6.068,00/\text{m} \sim \text{Cr\$ } 6.000,00/\text{m}^2$$

b) DESVIO PADRÃO:

$$S = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (V_i - \bar{M})^2}{(n - 1)}}$$

$$S = \text{Cr\$ } 1,36/\text{m}^2$$

c) INTERVALO A 80%:

$$L_{80\%} = \bar{M} \pm t_s \frac{S}{\sqrt{V}}$$

$$V = \text{graus de liberdade} = n - 1 = 10 - 1 = 9$$

$$n = \text{nº de elementos da amostra} = 10$$

$$t_{0,90} = \text{ordenada de "Student", dada por tabela anexa} = 1,38$$

Substituindo na fórmula temos:

$$L_{80\%} = 6,00 \pm 1,38 \frac{1,38}{\sqrt{9}}$$

$$L_{80\%} = 6,00 \pm 0,62$$

$$\text{— máximo} = \text{Cr\$ } 6.620,00/\text{m}^2$$

$$\text{— médio} = \text{Cr\$ } 6.000,00/\text{m}^2$$

$$\text{— mínimo} = \text{Cr\$ } 5.380,00/\text{m}^2$$

5.3 INTERVALO PARA A ÁREA TERRENO — 923,40 m<sup>2</sup>

$$\text{— máximo} \cong \text{Cr\$ } 6.112.908,00 \sim \text{Cr\$ } 6.112.000,00$$

$$\text{— médio} \cong \text{Cr\$ } 5.540.400,00 \sim \text{Cr\$ } 5.540.000,00$$

$$\text{— mínimo} \cong \text{Cr\$ } 4.967.892,00 \sim \text{Cr\$ } 4.967.000,00$$

6. CONCLUSÃO FINAL – VALOR DE MERCADO

Fundamentado no corpo deste trabalho e admitindo-se a faixa de valores calculados, AVALIAMOS a área de 923,40 m<sup>2</sup>, localizada na Rua Barão de Antonina, entre as ruas Mateus Leme e Duque de Caxias, Curitiba, em zona urbana ZR-3, conforme descrição em Cr\$ 5.540.000,00 (cinco milhões, quinhentos e quarenta mil cruzeiros).

Curitiba, 24 de setembro de 1981.

a) ADOLFO ROCHA DA CRUZ  
CREA 1741-D-7ª Reg.

a) ACHILES MION  
Econ./CORECON nº 1040-PR

a) ÓRIO SAGBONI  
Inscrição OAB nº 3819/PR"